

Possibilidades das fontes orais: um exemplo de pesquisa¹

Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira*

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre as possibilidades de utilização de fontes orais em pesquisas históricas. Para tanto, tomamos como exemplo nossa pesquisa, intitulada “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, desenvolvida entre 2003 e 2007, no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas. São discutidos, entre outros temas, as articulações entre história oral e história política, o cruzamento entre fontes orais e fontes escritas e as possibilidades de ampliação do conhecimento sobre o passado proporcionadas pela história oral.

Palavras-chave: História oral. Movimento negro. Brasil contemporâneo

* Verena Alberti (verena.alberti@fgv.br), pesquisadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas e professora da Escola Alemã Corcovado, no Rio de Janeiro, é formada em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em antropologia social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional (UFRJ) e doutora em teoria da literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha). Amilcar Araujo Pereira (amilcarpereira@hotmail.com) é formado em história pela UFRJ, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e doutorando em história na UFF. É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com doutorado sanduíche na Johns Hopkins University, em Baltimore, EUA, realizado durante o ano de 2008.

A pauta para a mesa-redonda “O historiador e as fontes orais”, preparada pelos organizadores do IX Encontro Estadual de História da Anpuh do Rio Grande do Sul, de julho de 2008, continha algumas sugestões de questões a serem discutidas pelos palestrantes:

- O que documenta a fonte oral?
- Até que ponto a história oral proporciona acesso a informações empíricas? Quais possibilidades e limites desse acesso?
- De que forma a subjetividade pode ser útil ao historiador?
- Como cruzar as fontes orais com outros tipos de fonte?
- Que aspectos epistemológicos e éticos estão em jogo na crítica do testemunho oral?

Não será possível tratar de todas as questões neste artigo, mas as manteremos como pano de fundo de nossas reflexões. Partiremos de uma pesquisa concreta, que desenvolvemos entre 2003 e 2007, no Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. A pesquisa, intitulada “História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral”, resultou na formação de um banco de 39 entrevistas de história oral, totalizando 110 horas gravadas, com militantes de diferentes regiões do Brasil do movimento negro contemporâneo – nome que tem sido dado ao conjunto de movimentos negros surgido a partir da década de 1970.²

Gostaríamos de iniciar a reflexão sobre as possibilidades das fontes orais apresentando dois documentos textuais que integram o Arquivo Ernesto Geisel do CPDOC.³ Ambos são documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em junho de 1964, cerca de dois meses depois do início da ditadura militar. O primeiro é a “Apreciação Sumária” nº 25, referente ao período de 3 a 9 de julho de 1978. Em sua página 3, na seção dedicada à “Opinião Pública”, vemos um relato, em certa medida preocupado, sobre a manifestação do “Movimento Negro Contra a Discriminação Racial”, em julho daquele ano. Diz o relato:

Realizou-se em São Paulo/SP, no dia 07 jul 1978, na área fronteira ao Teatro Municipal, junto ao Viaduto do Chá, uma concentração organizada pelo autodenominado 'Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial', integrado por vários grupos, cujos objetivos principais anunciados são: denunciar, permanentemente, todo tipo de racismo e organizar a comunidade negra.

Embora não seja, ainda, um 'movimento de massa', os dados disponíveis caracterizam a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País e que, paralelamente, revela tendências ideológicas de esquerda.

Convém assinalar que a presença no BRASIL de ABDIAS DO NASCIMENTO, professor em NOVA IORQUE, conhecido racista negro, ligado aos movimentos de libertação na ÁFRICA, contribuiu, por certo, para a instalação do já citado 'Movimento Unificado'.⁴

Ainda que estejamos diante de um documento produzido por um órgão de inteligência do regime militar, podemos aceitar como verdadeiros os objetivos do movimento então destacados: “denunciar todo tipo de racismo”, de um lado, e “organizar a comunidade negra”, de outro. Do mesmo modo, é verdadeira a informação de que o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial – o chamado MUCDR, que pouco tempo depois se transformou no Movimento Negro Unificado, o MNU – era “integrado por vários grupos”.

Desde o início da década de 1970, é possível registrar a formação de entidades que, como diz o relatório do SNI, buscavam denunciar o racismo e organizar a comunidade negra. Em 1971, foram fundados o Grupo Palmares, em Porto Alegre, e o Grupo de Teatro Evolução, do interior do estado de São Paulo; em 1972, o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan), em São Paulo; em 1974, a Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê e a Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (Secneb), em Salvador, e a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba), no Rio de Janeiro, cujo jornal

Sinba circulou de 1977 até 1980; em 1975, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalho André Rebouças (GTAR), criado na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (RJ), o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba), em São Gonçalo (RJ), o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas (Ibea) e a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira (Acacab), em São Paulo; e em 1976, o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, em Salvador.

Sobre o Ibea, aliás, é interessante mencionar outra apreciação sumária do SNI, datada de novembro de 1975, também encontrada no Arquivo Geisel, que informa que a instituição promoveu, no dia 13 de outubro de 1975, como parte de seu “Curso de Extensão sobre o Negro no Brasil”, uma conferência de Florestan Fernandes.⁵ Como era de se esperar, Florestan, cassado pelo AI-5, foi ali apontado como comunista e subversivo.

É possível verificar que praticamente todas as entidades se denominam “centros culturais”, “institutos de pesquisa”, “centros de estudo”, “de intercâmbio”, etc. De um lado, essa escolha se deve ao impedimento legal de se registrar uma entidade como sendo “racial”. De outro, ao próprio tipo de atividades que desenvolviam: de leitura, estudos e manifestações culturais – o que era uma estratégia de ação importante naquele momento.

O segundo documento que gostaríamos de apresentar foi escrito seis meses antes. É a “Apreciação especial” de 2 de janeiro de 1978, classificada como dizendo respeito ao assunto “Opinião Pública”, “retrospecto de 1977 e perspectivas para 1978”. Na página 4, item f, encontramos uma apreciação sobre as “manifestações de racismo negro” no Rio, em São Paulo e na Bahia. O item se segue a outros que vinham relatando a infiltração comunista nos meios de comunicação, a atuação da imprensa alternativa, de rádios e emissoras de TV, que, entre outras coisas, vinham dando cobertura ao movimento estudantil. Diz a apreciação:

Continuando o acompanhamento que vinha sendo feito, com mais intensidade, desde o ano passado, foram detectadas várias manifestações de Racismo Negro, exteriorizado de forma mais concreta no movimento “Soul”, que tomou conta da juventude negra do RIO DE JANEIRO e SÃO PAULO, e começou a espalhar-se para o Nordeste com o movimento “BLACK BAHIA”. Também os institutos de cultura afro-brasileira, ampliando-se, ultimamente, têm, em muitos casos, parcela de responsabilidade no estímulo a atitudes racistas e revanchistas, por parte de jovens negros, que vêem neles e no movimento “Black” uma maneira de auto-afirmação racial. Esses movimentos, caso continuem a crescer e se radicalizar, poderão vir a originar conflitos raciais.

77

O item g, que se segue ao citado anteriormente, também é interessante. Ele já trata de outro assunto: do “Movimento Gay”, que, para o SNI, nada mais é que a promoção do homossexualismo. O “Movimento Gay”, segundo o relatório, constituía-se em “mais uma ameaça à instituição da família e da moral, alicerces da sociedade”. O item h dedica-se à atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Clero Católico e do Movimento Feminino pela Anistia – que se sobressaíram, segundo o autor do retrospecto de 1977, por sua “ação contestatória”.

Esses não são evidentemente os únicos documentos produzidos pelos órgãos de informação da época sobre a atividade de militantes e organizações do movimento negro.⁶ O trabalho com documentos é especialmente interessante, pois, em geral, eles respondem a perguntas que nos fazemos hoje, mas as quais eles não tinham, originalmente, intenção de responder. O que um breve olhar sobre esses documentos pode revelar? Que o movimento negro contemporâneo, surgido na década de 1970, está inserido num contexto específico da história recente do Brasil – o da Abertura política, iniciada em 1974 –, do mesmo modo que as atuações da imprensa

alternativa, de organizações da sociedade civil como a OAB e a ABI, e do “Movimento Gay”, entre outros.

O ato público de 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, acabou resultando na formação, no mesmo ano, do Movimento Negro Unificado, o MNU, entidade que existe até hoje e que parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento.

Milton Barbosa,⁷ uma das principais lideranças do ato, explicou-nos na entrevista que fizemos em sua casa, em São Paulo, como se deu a articulação e a própria manifestação:

Em 1978 nós fizemos uma reunião em São Paulo, no Centro de Cultura e Arte Negra, no dia 18 de junho, e criamos um movimento. Participaram várias entidades: o Cecan, de que a gente fazia parte; tinha um grupo Brasil Jovem, que era um pessoal da Casa Verde; tinha lá um centro de estudos afro-brasileiros, que eram os irmãos Wilson e Celso Prudente e o Clóvis Moura;⁸ veio o filho do Adalberto Camargo, que era deputado federal, representando a Câmara de Comércio Afro-Brasileira;⁹ o Núcleo Socialista Afro-Latino-América¹⁰ – era o Núcleo Negro Socialista, mas, no surgimento do MNU, nós não estávamos mais na Liga Operária, nem na Convergência Socialista.¹¹

Percebe-se aqui que havia muitas entidades envolvidas, bem como que havia uma relação bastante estreita com grupos de esquerda.

Miltão, como é conhecido, prossegue contando as motivações do ato, que não aparecem no breve relato do SNI:

As pessoas já foram para a reunião para criar o movimento. Aconteceu que um rapaz, primo do Rafael Pinto, o Robson Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, foi preso em uma feira, acusado de estar roubando frutas. Ele foi preso

no 44° Distrito Policial de Guaianazes e foi torturado, vindo a falecer em consequência das torturas. Isso revoltou a população negra e saiu no jornal Folha de S. Paulo. Logo em seguida teve a discriminação de quatro garotos negros, que foram impedidos de treinar no time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê.¹² Também nos deixou enraivecidos. (...) Convidamos várias entidades e fizemos essa reunião no dia 18 de junho. Nela discutimos a criação de um movimento unificado contra a discriminação racial e o lançamento público no dia 7 de julho.

Foi escolhido o 7 de julho porque era mais ou menos o tempo que daria para a gente preparar a manifestação. Tínhamos umas três semanas, tempo suficiente para rodar material, fazer contato com a imprensa, com a Igreja, setores de direitos humanos, contatos internacionais. Tinha uma menina que participou com a gente, uma judia, a Mirna Grzich, tinha o Barrinhos, que era o namorado dela, e eles nos ajudaram a fazer contatos internacionais e com a imprensa. Nesse período, nós fazíamos reuniões quase que diárias para organizar essa atividade, elaboramos a carta para distribuir – basicamente fomos eu e Hamilton que escrevemos aquela carta, em discussão com o grupo todo. Naquela discussão tinha Neusa Maria Pereira, Hamilton Cardoso, Osvaldo Rafael Pinto Filho, Antônio Leite, Eduardo de Oliveira, o Júnior filho do Adalberto Camargo, Vanderlei José Maria, o José Adão, conhecido como Adãozinho, que era trabalhador do Correio. Então tinha uma quantidade grande de pessoas.

Aqui aparece claramente uma das grandes possibilidades da história oral: conhecer como se dão as articulações; quem participa; como e por que decisões foram tomadas. Por exemplo, por que foi escolhido o 7 de julho e que pessoas estavam envolvidas. Essas informações prosseguem na passagem seguinte, em que Miltão relata como foi decidida e executada a estratégia de solicitar permissão ao secretário de Segurança de São Paulo, que à época era Ênio Viegas Monteiro de Lima, e não Erasmo Dias, como ele supôs.

E inclusive tivemos que usar de esperteza: havia setores um pouco mais conservadores meio que querendo pular fora, porque exigiram que a gente fosse entregar uma carta para o secretário de Segurança do estado. A gente percebeu, nesse dia, que a gente tinha que manter aquele setor e tinha que entregar a carta lá para o secretário de Segurança. E elaboramos uma carta meio besta, dizendo que a gente ia fazer uma manifestação para evitar que forças alienígenas... Um tema esquisito. E foi entregue para o secretário de Segurança, que, naquele momento, eu acho que era o Erasmo Dias.¹³

A próxima passagem mostra que a articulação com a grande imprensa incluiu uma reunião com o jornalista Boris Casoy:

Eu dei uma sorte que, no dia, a gente tinha uma reunião com o Boris Casoy na Folha de S. Paulo e eu fui convocado para ir a essa reunião – nós estávamos discutindo o apoio, para sair na Folha de S. Paulo. Então não tive que ir lá pagar o mico de entregar uma cartinha para o secretário de Segurança. Foi uma comitiva, acho que o Eduardo de Oliveira, o Antônio Leite, e foi bom isso porque, nesse contato, em função daquela cartinha, liberaram a praça. Não montaram esquema de repressão. E nós distribuimos carta à população convocando.

Finalmente, o que aconteceu no dia:

No dia, nos encontramos na galeria Nova Barão e saímos meio que abraçados uns nos outros, morrendo de medo. Eu mesmo tinha ido no banheiro toda hora no meu trampo – nessa época eu ainda trabalhava no Metrô. Assim, susto mesmo. Teve gente que falou que foi no banheiro toda hora mesmo, um troço doido. Estávamos assustados e aí nós caminhamos: “Vamos nessa!” Nos inspiramos em todo mundo, Martin Luther King, todo mundo e “vamos que vamos”. E caminhamos para as escadarias do Teatro Municipal. Ocupamos espaço, colocamos faixa lá. Tivemos presença também

do Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, vieram o Amauri e o Yedo do Rio, estavam aí pessoas de cidades do interior, recebemos cartas da Bahia. Recebemos um documento dos presos da Casa de Detenção, porque nós fazíamos um trabalho dentro da Casa de Detenção (...). Foi um ato muito bonito.

A gente percebeu, imediatamente quando ocupamos a praça, que a polícia se arrependeu de ter deixado, pelas coisas que eles falavam, ficavam xingando e ameaçando. Mas aí já era tarde. Foi um negócio barra-pesada, não foi mole não. Época de ditadura militar. Agora, nós nos articulamos muito bem com a Igreja, com a imprensa toda. A mesma grande imprensa que estava contra a ditadura militar, que queria derrotar o regime, abriu espaço para nós. Então nós trabalhamos com todas essas contradições. A articulação internacional foi muito bem feita. Amigos nossos que vieram da Guiné-Bissau, da Argentina, dos Estados Unidos vibraram quando viram as nossas fotos, a manifestação.

Cabe notar que as entrevistas com militantes do movimento negro mostram que é muito expressiva a circulação de referenciais que vinham dos movimentos de libertação da África – especialmente, nesse momento, a portuguesa – e do movimento pelos direitos civis nos EUA.¹⁴

E novamente, alguns detalhes da organização do evento:

Tudo foi feito com muita discussão, com muito rigor, a gente analisou cada passo. Por exemplo: o Vanderlei José Maria propôs que eu fosse o presidente do ato. Ato público não tem presidente. Mas como era um negócio muito barra-pesada, tinha que ter um controle das ações. Então fui eleito para ser o presidente. Deveria haver apenas um comando. E de fato funcionou, porque a polícia provocou muito, mas ninguém aceitou as provocações. E foi um ato vitorioso que estourou no Brasil inteiro e no mundo inteiro. Quando nós ocupamos a praça, não tinha mais como eles reprimirem porque o Brasil vendia a imagem de país não racista. Estava

comprando petróleo na Nigéria, em Angola, e foi o primeiro país a reconhecer a libertação dos países africanos, em especial Angola.¹⁵ Então eles ficaram de mãos amarradas. Quando nós pisamos lá no Teatro Municipal, tínhamos conquistado uma vitória importante.

82

Outros entrevistados relataram o evento, as articulações que levaram ao ato e as negociações posteriores, que resultaram na formação do MNU. É muito interessante acompanhar esse passo a passo a partir da visão de cada um, o que, contudo, não será possível realizar aqui.¹⁶

Mas a narrativa de Milton Barbosa já permite observar a articulação estreita entre história oral e história política, como já tem sido observado por muitos pesquisadores.¹⁷ Uma história política entendida não como história dos “grandes homens” e dos “grandes feitos”, e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância das ações dos indivíduos e de suas estratégias.

Isso nos permite voltar à pauta da mesa-redonda “O historiador e as fontes orais”, especialmente a duas das questões colocadas: “até que ponto a história oral proporciona acesso a informações empíricas?” e “como cruzar as fontes orais com outros tipos de fonte?”

Além da relação estreita da história oral com a história política, não podemos esquecer também sua relação com a história em geral, incluindo em tais relações desde a pesquisa e a análise de documentos até as possibilidades de conhecimento do passado. No desenvolvimento de pesquisas com o método da história oral, recorreremos a fontes primárias e secundárias para nos preparar para as entrevistas, que, por sua vez, transformam-se em fontes para novas pesquisas. Cruzar fontes orais com outros tipos de fonte é, pois, parte integrante da metodologia.

Quanto à ampliação do conhecimento do passado, muitos já observaram como a história oral permite alterar a “hierarquia de

significações historiográficas”, no dizer da historiadora italiana Silvia Salvatici, que faz um paralelo entre a história oral e a história de mulheres, à medida que ambas possibilitam o acesso à pluralidade.¹⁸ Tomemos como exemplo a periodização. O estudo da história se enriquece muito quando conhecemos novos marcos, e essas possibilidades de perspectivação do passado aparecem com frequência quando trabalhamos com a história oral. Em algumas pesquisas de história oral desenvolvidas na Alemanha e na França, por exemplo, chamou a atenção dos pesquisadores o fato de a cronologia relativa ao período da Segunda Guerra Mundial aparecer diferenciada nas entrevistas. Na Alemanha, muitos operários entrevistados em um estudo sobre as condições de vida do vale do Ruhr não se lembravam do ano da ascensão de Hitler ao poder, 1933, mas se lembravam claramente dos anos de 1934, 1935 e 1936, nos quais se encerrou o desemprego em massa em virtude do crescimento da indústria bélica.¹⁹ Isso não significa, porém, que devemos esquecer os marcos nacionais em prol da periodização que sobressai das entrevistas; ao contrário, é impossível saber o que o ano de 1935 significa para os entrevistados sem considerar o ano de 1933, na história da Alemanha.

No caso da pesquisa sobre o movimento negro, pudemos detectar alguns marcos importantes, que sobressaem de nossas entrevistas. O ano de 1978 é, sem dúvida, um deles – aliás, ele também é conhecido no movimento sindical como o ano do surgimento do chamado “novo sindicalismo”. A repercussão nacional do ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, que resultou na criação do MNU, possibilitou a criação de muitas organizações em diferentes estados do país, e isso aparece nitidamente nas entrevistas. Logo no ano seguinte, em 1979, formaram-se o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão; a Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; os blocos afro Olodum e Malê Debalê, em Salvador; o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, e o Grupo de União e Consciência Negra (Grucon), inicial-

mente vinculado à Igreja Católica. Em 1980, foi a vez do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa). Houve ainda entidades formadas no Espírito Santo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

O marco seguinte foi o ano de 1988, por duas razões: foi o ano do centenário da Abolição, que motivou uma série de ações de protesto que denunciavam as condições de vida dos negros no país, e o ano da Constituição, que incorporou pelo menos duas importantes reivindicações do movimento – a criminalização do racismo e o reconhecimento da propriedade das terras de remanescentes de quilombos.²⁰

Os anos de 1995 e 2001 são os dois momentos seguintes. Em 1995, foi realizada em Brasília uma marcha em comemoração aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. Era o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, que criou então um Grupo de Trabalho Interministerial, o GTI, para a Valorização da População Negra, a partir do qual foram implementadas as primeiras iniciativas de ação afirmativa na administração pública federal. E 2001 foi o ano da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, na África do Sul, que mobilizou o governo e as entidades do movimento negro em sua preparação e resultou em novos acontecimentos, como a reserva de vagas para negros em algumas universidades, e novos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro em âmbito internacional.

A história do movimento negro no Brasil não deve ser entendida como “descolada” da história contemporânea, tanto do Brasil como do mundo. Os marcos aqui registrados fazem sentido para o movimento negro e também para a história nacional, pois se relacionam com conjunturas como a Abertura política, o centenário da Abolição, a Constituinte e o governo Fernando Henrique Cardoso, entre outros. Eles tiram sentido desses contextos e emprestam-lhes novos sentidos e, neste processo, está a riqueza da história oral –

por isso, podemos dizer que ela permite, não de modo exclusivo, a ampliação do conhecimento sobre o passado.

Retornemos aos documentos do SNI com os quais iniciamos estas reflexões. Neles não é difícil identificar uma temática central, que continua bastante atual no debate de hoje sobre a questão racial no Brasil: a idéia de que o movimento “caracteriza a existência de uma campanha para estimular antagonismos raciais no País”, e que, “caso continue a crescer e se radicalizar”, poderá vir a “originar conflitos raciais”. Para completar, as manifestações observadas são classificadas como “manifestações de racismo negro” e o próprio Abdias do Nascimento é chamado de “conhecido racista negro”.

Não há dúvida de que o movimento negro tem favorecido de longa data, e não só a partir da década de 1970, a formação da idéia de uma identidade “negra” no país, em contraposição à idéia de um Brasil mestiço por excelência. As entrevistas com militantes do movimento negro permitem perceber como a construção dessa identidade “negra” está ligada a contextos histórico-culturais e a trajetórias individuais e se constitui como resposta à experiência de racismo. Ou seja, essa identidade não está dada de antemão, ela é historicamente construída.

Nesse ponto, gostaríamos de recorrer a Michael Pollak, que, em seu clássico artigo publicado na revista *Estudos Históricas*, “Memória, esquecimento, silêncio”, afirma que, para além de verificar que a memória coletiva é um dado positivo, cumpre verificar como ela se tornou fato positivo. Em suas palavras:

Não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias (POLLAK, 1989, p. 4).

Ou seja, trata-se de analisar como, no Brasil, num determinado contexto, que estamos vivenciando particularmente agora, fortalece-se a identidade do “negro”, em detrimento da idéia do “mulato”. Poderíamos até dizer que “negro” e “mulato” se transformaram em espécies de “memórias em disputa” na reflexão sobre a sociedade brasileira de hoje.

Propomos tomar a história oral, nesse contexto, como um caminho possível para escaparmos à “essencialização” por trás dessas identidades cristalizadas e quase transformadas em “coisas”. Ela pode trazer – mas não só ela, evidentemente – aquilo que Hebe Mattos chama de “a compreensão e o respeito à dinâmica histórica das identidades socioculturais efetivamente constituídas” (MATTOS, 2003, p.129).

É bastante comum, nas narrativas de nossos entrevistados, que apareçam episódios considerados por eles como emblemáticos dentro de um processo de tomada de consciência da negritude. Um trecho da entrevista de Carlos Alberto Medeiros, militante do movimento no Rio de Janeiro desde a década de 1970, pode ajudar a entender esse processo.²¹ Sua mãe era natural do Rio Grande do Sul e costumava visitar a família, em Porto Alegre, com o filho ainda pequeno, nos anos 1950-60. Essas viagens, segundo nos contou, foram importantes para a formação de sua consciência racial. Não só isso: ele tem clareza de que o relato dessas experiências é importante para a entrevista e para o nosso projeto, o que nos leva ao último item relacionado na pauta para a mesa-redonda: os aspectos epistemológicos envolvidos na crítica da fonte oral. E aqui remetemos à dimensão antropológica da metodologia da história oral. Ou seja, o que é dito é resultado da interação do entrevistado com o pesquisador e das opções muitas vezes conscientes daquele, que resolve o que dizer e para quem, com determinado propósito. Vejamos o que nos contou Carlos Alberto Medeiros:

Mas uma coisa que marcou e é importante aqui para a nossa conversa mais diretamente [grifo nosso] eram as viagens para o

Rio Grande do Sul. (...) Eu até estava pensando nessa experiência, porque havia duas coisas sobre as quais nos advertiam sobre o Rio Grande do Sul: uma era o frio e a outra era o racismo. E eu tive experiências ambíguas com as duas. Por quê? O frio, eu descobri que também podia ser uma coisa legal. Descobri lá que gosto de frio. Claro, bem agasalhado, se não estivesse chovendo, você podia curtir bem o friozinho. E a coisa do racismo como era? Era uma situação completamente diferente daqui, porque havia uma linha nítida de separação. Negros e brancos podiam conviver no trabalho, podiam até, de repente, torcer pelo mesmo time de futebol, mas o que as pessoas chamam de vida social – as festas e os clubes – era absolutamente segregado. Ou seja, não aprendi sobre segregação lendo alguma coisa sobre os Estados Unidos. Eu vivi a segregação. Você tinha os clubes de negros, como o Floresta Aurora, Marcílio Dias, Satélite Prontidão e, nas festas, tanto em casa quanto nos clubes, você não via brancos. Eles não iam. Não eram convidados, assim como os negros não iam aos clubes dos brancos, nem tampouco eram convidados. Não era por classe, era por raça. Porque mesmo na favela havia festas para negros e festas para brancos. E mesmo nos sindicatos. Era absolutamente segregado. Aí eu descobri outra coisa. Gostam de dizer que a diferença entre Brasil e Estados Unidos está no fato de que aqui a visão é multipolar, você tem várias categorias, e lá você tem negro e branco. Não é nem bem assim lá, nem bem assim aqui. Porque aqui eu descobri que, no Rio Grande do Sul – e depois eu vi que isso não era só lá –, havia uma divisão bipolar. Foi lá que eu comecei a identificar pessoas com a pele mais clara, com a aparência menos negróide, como negras, porque elas não podiam ir nas festas dos brancos. Ao mesmo tempo, eu descobri que, tal como o frio, aquilo também tinha um lado muito interessante porque eu me sentia muito bem naquelas festas, naqueles ambientes. Depois reelaborando, você vai sempre reelaborando... [grifo nosso] Uma coisa que estava clara, logo de cara, é que era um ambiente seguro no qual eu não seria discriminado. Mas era mais do que isso: era o lugar onde eu me sentia valorizado, onde a menina mexia comigo, diferente dos lugares misturados. Porque aí você tem essa situação: é misturado, mas há uma

hierarquia. Está todo mundo no mesmo espaço, mas há uma valorização diferente.²²

88

A metodologia da história oral tem essa característica especialmente interessante: a de permitir o conhecimento de realidades sociais através da narrativa de histórias que condensam determinados significados sobre o passado.²³ São momentos especiais de uma entrevista, breves narrativas inseridas na grande narrativa de história de vida, que encerram uma riqueza tal que se tornam especialmente “citáveis” para dar conta de determinadas experiências. No caso das entrevistas do projeto “História do movimento negro no Brasil”, é interessante observar que, muitas vezes, os entrevistados têm clara consciência de que os episódios emblemáticos que nos contam têm poder elucidativo, que permite a eles explicarem-se (a si e a sua militância no movimento negro) para nós.

A pesquisa “História do movimento negro no Brasil” permitiu o registro de muitas histórias com força narrativa especial. Maria Raimunda Araújo,²⁴ a Mundinha Araújo, figura de referência no movimento negro do Maranhão desde a década de 1970, contou-nos também uma. Professora em São Luís, Mundinha ia ao Rio de Janeiro durante as férias. Numa dessas ocasiões, resolveu voltar para São Luís com o cabelo black e fez o que chamou de “seu movimento” para, em seguida, transformá-lo em um movimento de sensibilização dos outros, tanto negros como brancos.

Eu só sei que teve a época... Mas foi no final dos anos 1960, que já estava o movimento Black Rio, que, na Zona Norte, eles estão todos com aqueles cabelos enormes, aí eles passavam perto de mim, cumprimentavam... Pronto, aí eu comecei a ver que eu estava relacionada de fato com uma comunidade. E achando aquilo muito bonito. Mas só eu disse: “Poxa, mas no Maranhão...” Porque eu ia pro Rio e passava assim uns três meses, porque professora tinha uns três meses. Quando retornei, o cabelo já está bem carapinha. Ah, aí foi um choque, acredita? Um choque. Eu acabei sendo a primeira mulher negra a usar o cabelo assim, natural. Aí sim...

Chamava a atenção da rua inteira.

Chamava a atenção e eu era agredida. Me davam vaia na rua: “Êh, mulher, de onde saiu isso?” “É Toni Tornado?” Eu preciso saber o ano em que Toni Tornado apareceu no festival com o cabelo black power, porque eles me chamavam de Toni Tornado: “Toni Tornado, vai alisar esse cabelo!”²⁵ Gente, e eu era tímida. O magistério tinha me libertado para o fato de comunicar mais com desembaraço. Mas eu era tímida. Eu disse: “Nossa, e agora?” Mas nunca pensei, nenhum momento, em alisar o cabelo.

Estudava na Aliança Francesa, era na Gonçalves Dias, aqui em São Luís, e eu tinha que descer uma longa rua, que era a rua dos Remédios. Tinha um colégio particular, que era o colégio São Luís. Bastava ter um aluno na janela ou pela porta, e me via de longe. Aí eles vinham chegando para a porta, para as janelas. Quando eu tinha que passar na porta do colégio, já estava aquela aglomeração só para me ver e dar vaia: “Êh, diabo, vai alisar esse cabelo!” “O que que é isso? É o cão? É não sei o quê?” E eu tinha que enfrentar isso, não sei quantos dias durante a semana, mas nunca mudei de rua. Eu poderia ir pela outra rua para não passar na porta do colégio. Eu dizia: “Não. É o meu cabelo. Eu não vou deixar que esses moleques me abatam.”

Mas aquilo incomodava. Incomodava. Eu era uma pessoa até então anônima, ninguém me olhava. De repente toda a cidade te olha. Tu vais para o cinema – ainda sou da geração em que todas as pessoas iam ao cinema. E agora eu comecei mesmo a me impor: eu passava pelo meio, entre as fileiras e ia até lá na ponta. Porque quando eu via que eles iam começar a virar todos para olhar na hora em que eu assumia no salão, eu dizia: “Bem, deixa eu fazer logo o desfile para eles me olharem.” Aí eu ia lá como se estivesse procurando lugar, até que achava um lugar e sentava. Se ia para essa rua do Comércio, entrava numa loja, quem estava vendendo parava de vender, quem estava comprando...

Naquela época. E desde aí tem gente que diz: “Ah, tu passa pela gente e nem olha.” Eu digo: “Desde o tempo em que me vaiavam na rua que eu aprendi a ir olhando só para frente.” Eu andava olhando para frente. Camelô, que chamavam

nesse tempo de marreteiro, esses vendedores da rua, todo mundo se achava no direito de me vaiar: “É não sei o quê! É hippie?! É isso, é aquilo!”

Mas aí eu entro na universidade, as pessoas dão força, eu vou participar de um grupo de teatro, que é o Laborarte. Aí eu vou ter mais força é dessas pessoas: “Ai, que legal. Está igual à Angela Davis.” Quer dizer, essas pessoas que tinham acesso à informação e tudo já viam a minha aparência vinculada com o movimento negro americano. É bem verdade, eu disse: “Eu estava fazendo, por enquanto, o ‘meu movimento’”. Era isolado. Mas aí eu já começava a pensar: “Não, eu tenho que fazer alguma coisa. Isso é mais sério do que pensam.”²⁶

Mundinha Araújo fundou então, com outras pessoas, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979 – um centro de estudos e debates que tinha como objetivo sensibilizar as pessoas para a questão racial. Um dos frequentadores do CCN foi Magno Cruz,²⁷ que, nesse pequeno trecho com o qual encerramos este texto, relata como se deu sua transformação de mulato, ou “moreno”, em “negro”.

Aí, quando tinha alguns seminários ela me convidava. E isso eu participava, dos seminários. Qual era a minha resistência em me engajar no trabalho do CCN? Eu não me considerava negro. Inclusive o meu apelido na faculdade era “Moreno”. As pessoas sempre me chamavam, quem não conhecia meu nome, o pessoal de outras turmas me chamava de moreno. E eu era crente que eu era moreno. Então essa questão da identidade é muito complicada, não é?

Mas a Mundinha também podia ser morena, não é?

É. Essas contradições... Mas eu não dizia isso, que eu não ia porque não me considerava negro. Mas no fundo essa resistência eu tinha. Achava: como eu ia participar de uma entidade do movimento negro se eu não me considerava negro? Mas com os seminários e com as palestras que houve muito, vieram vários historiadores, o Joel Rufino veio dar cursos...

O CCN, na realidade, iniciou, a Mundinha deu o encaminhamento que eu acho que foi o melhor possível, porque foi de formação. Então, as primeiras reuniões que eu fui no CCN eram reuniões de estudo. Era uma sala talvez um pouquinho maior do que essa aqui, quando dava mais de trinta pessoas tinha que ficar gente do lado de fora, e era texto para gente ler, era jornal para gente ler, para discutir, livros... eu tinha que levar um livro para casa e na outra semana eu devolvia para alguém ler. Então foi formação mesmo para a gente aprender. Ninguém sabia nada sobre a história do negro. E aí, com esses cursos, esses seminários que eu fui participando, mas muito assim, eu aí fui percebendo que era negro.

Era tanta coisa que o pessoal falava que eu me remetia à minha vida. Aí eu vou descobrir por que eu fui estudante profissional até 18, 19 anos e meu irmão trabalhou desde os 13. Aí eu fui descobrir por que quando eu ia nessa equipe que a gente montou para estudar do Liceu... tinha um colega nosso que era branco, a família dele era do interior, o pai dele tinha sido prefeito e quando terminou o mandato dele veio morar aqui, e tinha uma certa estrutura, uma estabilidade financeira, e a mãe dele era diretora de um colégio. E a gente só tinha aulas de manhã e de tarde. À noite a gente ia para esse colégio estudar, era o local onde a gente estudava. Então antes a gente tinha que passar na casa dele, todo mundo se encontrava lá, e de lá a gente ia para a escola. Pegava a chave e ia para a escola. Era perto. E eu me lembro bem que no começo ele sempre dizia assim: "Aqui é Magno e ele é o melhor aluno da turma." Aí, fazendo parte do movimento negro, eu vou descobrir que aquilo já era uma forma de discriminar, como quem diz assim: "Apesar de ser negro, ele..." Isso foi um choque para mim. Porque a militância também, ser militante não é aquele deslumbramento, você também descobre muita coisa ruim. E é assim. Claro que eu continuei sendo amigo dessas pessoas, mas sempre lembrando essas coisas que eles diziam de mim assim. Quer dizer, me aceitavam não por eu ser eu, mas por eu ser o melhor aluno da turma. Então todo mundo fazia questão

de estudar comigo e, para me apresentar para uma família branca, eles tinham que justificar por que eu estava ali.²⁸

92

Nossa reflexão se debruçou especialmente sobre o segundo item da relação de questões trazidas na pauta para a mesa-redonda: a história oral proporciona acesso a informações empíricas? Sim, por meio dessas “histórias dentro da história”, que, a nosso ver, são mais do que simples ilustrações da realidade. Elas permitem que ampliemos nosso conhecimento sobre o passado. Como são fontes importantes para o estudo da história contemporânea do Brasil, precisam ser adequadamente guardadas e cuidadosamente disseminadas.

The possibilities of oral sources: a research example

Abstract: The aim of the paper is to present reflections on the possibilities of the oral history sources in historical researches. To accomplish this task, we have taken as example our own research, entitled “History of the black movement in Brazil: organization of a collection of oral history interviews”, developed between 2003 and 2007 at the Center for Brazilian Contemporary History Research and Documentation (CPDOC) at Getúlio Vargas Foundation, in Rio de Janeiro. Among other subjects, we discuss the relations between oral history and politic history, the intersection between oral and written sources and the possibilities of knowledge enrichment provided by oral history.

Key words: Oral History - Black movement - Contemporary Brazil

Notas

¹ Uma primeira versão deste artigo foi apresentada por Verena Alberti na Mesa-redonda 2, “O historiador e as fontes orais”, durante o IX Encontro Estadual de História da Anpuh do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, no dia 15 de julho de 2008. Algumas das questões que nele discutimos foram apresentadas na mesa “Acervos e a produção interdisciplinar de estudos históricos I”, durante o seminário “CPDOC 35 anos: a interdisciplinaridade nos estudos históricos”, no Rio de Janeiro, em junho de 2008. As discussões em torno dos documentos do Arquivo Ernesto Geisel encontram-se esboçadas em Alberti e Pereira (2008).

² Em seu primeiro ano de vigência, a pesquisa contou com o apoio do South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis) e, em

janeiro de 2004, passou a integrar o projeto “Direitos e cidadania”, coordenado pelo CPDOC e aprovado pelo Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas do projeto constituem também o principal conjunto de fontes da tese de doutorado de Amilcar Araujo Pereira, “O ‘Mundo negro’: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-2001)”, que está sendo elaborada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Hebe Mattos. Sobre a pesquisa, ver Alberti e Pereira (2004, 2005, 2006, 2007a, 2007b, 2007c, 2007d, 2007e, 2007f, 2008).

³ Os documentos estão disponíveis para consulta no Portal do CPDOC (www.cpdoc.fgv.br).

⁴ Abdias do Nascimento (1914) nasceu em Franca (SP), fundou o Teatro Experimental do Negro, em 1944, e foi um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro realizado por dois anos (1945 e 1946), no Rio e em São Paulo, que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Participou também como organizador do primeiro Congresso do Negro Brasileiro, em 1950. Em 1968 exilou-se nos Estados Unidos em decorrência do endurecimento do governo militar, no poder desde abril de 1964, e foi professor em diversas universidades norte-americanas. Participou da fundação do Movimento Negro Unificado, em 1978, e criou, em 1981, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. No exílio, tornou-se amigo de Leonel Brizola, com quem fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT) em maio de 1980. Fundou a Secretaria do Movimento Negro do PDT e foi deputado federal pelo Rio de Janeiro entre 1983 e 1986 e senador pelo mesmo estado de 1991 a 1992 e de 1997 a 1999. Durante o segundo governo de Leonel Brizola no estado do Rio de Janeiro (1991-1995), ocupou a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras (Sedepron), posteriormente denominada Seafro, e, durante o governo de Anthony Garotinho (1999-2003), foi secretário de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro. Ver *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB), edição revista e atualizada (Rio de Janeiro, Editora FGV, CPDOC, 2001).

⁵ Florestan Fernandes (1920-1995) nasceu em São Paulo, filho único de uma imigrante portuguesa. Começou a trabalhar aos seis anos para ajudar a mãe, como ajudante de barbeiro, engraxate, num açougue e em diversos locais. Como não pôde frequentar a escola normalmente, aos 17 anos, matriculou-se num curso de madurez e, em 1940, concluiu os estudos. cursou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de 1941 a 1943, formando-se em ciências sociais. Em 1947, obteve o título de mestre pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, com uma dissertação sobre os Tupinambá, tema sobre o qual também versou sua tese de doutorado, defendida na USP em 1951. Em 1953, tornou-se livre docente da cadeira de socio-

logia da USP. Envolvido desde o início da década de 1950 com o Programa de Pesquisa sobre Relações Raciais no Brasil, patrocinado pela Unesco, Florestan Fernandes desmentiu a tese sobre a inexistência de racismo no Brasil. Em 1955, publicou com Roger Bastide *Negros e brancos em São Paulo*, no qual inverteu a idéia de que o negro constituía um “problema” social, afirmando que a sociedade é que constituía um problema para a população negra. Em 1964, tornou-se catedrático em sociologia, com a tese *A integração do negro na sociedade de classes*, demonstrando como a desigualdade de acesso de negros e mulatos ao mercado de trabalho constituía obstáculo para a realização de uma sociedade democrática no Brasil. Foi preso por ocasião do movimento político-militar de 1964, mas não ficou muito tempo na cadeia devido à grande repercussão de uma carta aberta que fez circular pela imprensa. Não obstante, em 1969, foi afastado da USP e aposentado pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5). Entre 1969 e 1972, atuou como professor visitante nos EUA e no Canadá. Após a redemocratização do país, elegeu-se deputado constituinte (1987-1988) e deputado federal (1988-1994) por São Paulo na legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Ver DHBB.

⁶ Paulina Laura Alberto encontrou no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro vários documentos da Direção Geral de Investigações Especiais (DGIE) que demonstram que os organismos de repressão estavam atentos ao que era produzido pelas organizações do movimento negro durante aquele período. Ver Alberto, 2005.

⁷ Milton Barbosa, conhecido como Miltão, nasceu em Ribeirão Preto (SP) em 12 de maio de 1948. Quando tinha três anos, mudou-se com a mãe e com a irmã para o bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, onde foi criado. cursou economia na Universidade de São Paulo (USP), mas não concluiu, e foi diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairu da Faculdade de Economia e Administração da USP, no ano de 1974. Como funcionário do Metrô, foi diretor da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo (Aemesp) entre 1978 e 1979, que mais tarde se transformou no Sindicato dos Metroviários. Foi um dos fundadores do MNU, tendo presidido o ato público de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1982, fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, quando foi um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT, na cidade de São Paulo. Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro em 1986, em Brasília.

⁸ Trata-se do já mencionado Ibea, fundado em 1975 pelo jornalista e historiador Clóvis Moura. Wilson Roberto Prudente foi militante em entidades do movimento negro de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde atuou no projeto SOS Racismo do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), em 1987. Mestre em sociologia e direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a dissertação *Igualdade jurídica e pensamento racial*, defendida em 2002, atualmente é procurador do Ministério Público do Trabalho, órgão do Ministério Público da União, e trabalha na Procuradoria

Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio de Janeiro. Celso Luiz Prudente, seu irmão, é antropólogo, doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb) da mesma universidade. É autor, entre outros, de *Mãos negras: antropologia da arte negra* (São Paulo, Editora Panorama, 2003). Ver www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=17918, www.uff.br/ppgsd/disertacoes2002.html e www.unb.br/acs/unbagencia/ag0206-28.htm, acesso em 1/8/2007.

⁹ Adalberto Camargo (1923), político e empresário, foi diretor de várias empresas em São Paulo, entre elas a Tâxi Amarelinho S.A. Em 1968, fundou a Câmara de Comércio Afro-Brasileira, com a finalidade de estimular o comércio entre o Brasil e os países do continente africano. Foi o primeiro negro a se eleger deputado federal por São Paulo, em 1966, assumindo a cadeira em janeiro do ano seguinte. Reeleito três vezes, permaneceu ao todo quatro legislaturas na Câmara, de 1967 a 1983. Casou-se com Ester Lobo Camargo, com quem teve dois filhos. Provavelmente foi representado, na reunião citada por Milton Barbosa, por seu filho mais velho, Adalberto Camargo Júnior, que anos depois integrou a Coordenadoria Especial do Negro da Prefeitura de São Paulo durante o governo de Celso Pitta (1997-2000). Ver DHBB; Ivo de Santana. "Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano." (Estudos Afro-Asiáticos, v. 25, n. 3, Rio de Janeiro, 2003), disponível em www.scielo.br e <http://www.al.sp.gov.br/portal/geral/comissoes/ata.jsp?idAta=266&comissao=8508&legislatura=14>, acesso em 1/8/2007.

¹⁰ "Afro-Latino-América" era o nome da coluna de responsabilidade de Hamilton Cardoso publicada no jornal Versus, na época vinculado à Convergência Socialista. Hamilton Cardoso também pertencia ao Núcleo Negro Socialista.

¹¹ Entrevista realizada em São Paulo, em 19/7/2004.

¹² A discriminação de quatro negros pelo Clube de Regatas Tietê foi comentada pelo n° 23 do jornal Versus, edição de julho/agosto de 1978, p. 33: "Os quatro meninos atletas negros chegaram à porta do Clube de Regatas Tietê. Há muito esperavam para serem considerados militantes do clube, um dos melhores de São Paulo. Por que o negro não pode querer o melhor? Só porque nasceu na miséria? Muitos garotos praticam esportes no Clube Tietê. Garotos brancos. Ao chegar, o porteiro explicou que não poderiam entrar. Um deles burlou o porteiro e chamou um dos técnicos, que os mandou entrar. O diretor do clube chamou o técnico para lhe explicar que os garotos não poderiam ser aprovados porque eram negros. Os técnicos, os atletas protestaram. (...) Um dos diretores do Clube explicou: 'Se deixo um negro entrar na piscina, cem brancos saem imediatamente'..."

¹³ Com a desincompatibilização de Erasmo Dias do cargo de secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo para concorrer a uma cadeira de deputado federal por São Paulo nas eleições de 1978, a Secretaria foi ocupada por Ênio Viegas Monteiro

de Lima, entre março e novembro de 1978. Ver Síntese da ação governamental. Governo Paulo Egydio Martins – 1975/1979 (s.l., s.d.).

¹⁴ Ver, a esse respeito, Alberti e Pereira (2007f, capítulo 2, e 2007b).

¹⁵ O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975.

¹⁶ Ver Alberti e Pereira (2007f) capítulo 4.

¹⁷ Entre outros, Camargo (1994) e Ferreira (1994).

¹⁸ Salvatici (2005).

¹⁹ Herbert (1985). Essa questão encontra-se também desenvolvida em Alberti (2004, capítulo 2).

²⁰ Respectivamente, item XLII do Artigo 5º e Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988.

²¹ Carlos Alberto Medeiros (1947) engajou-se no movimento negro desde a década de 1970, quando participou dos primeiros encontros promovidos pelo recém-criado Centro de Estudos Afro-Asiáticos e da fundação da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) e do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), todos na cidade do Rio de Janeiro. Teve participação importante na articulação entre o movimento negro e as instâncias do poder público, na qualidade de chefe de gabinete da Secretaria de Estado Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras/RJ (Seafro), no segundo governo Leonel Brizola, durante a gestão de Abdias do Nascimento, de quem foi assessor no Senado Federal (1997-1999). Foi também membro do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, órgão do Ministério da Justiça (1995-1996). Subsecretário adjunto de Integração Racial na Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania/RJ do governo Anthony Garotinho, foi um dos primeiros defensores das políticas de ação afirmativa no Brasil.

²² Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 15/4/2004.

²³ Ver, a esse respeito, Alberti (2004).

²⁴ Maria Raimunda (Mundinha) Araújo nasceu em São Luís, em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975, Mundinha Araújo, como é conhecida, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, a primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003.

²⁵ Antônio Viana Gomes (1930), o Tony Tornado, interpretou a composição “BR-3”, de Tibério Gaspar e Antônio Adolfo, acompanhado pelo Trio Ternura, no V Festival Internacional da Canção, em 1970. Ver http://www.dicionariompb.com.br/detalhe.asp?nome=Tony+Tornado&tabela=T_FORM_A&qdetalhe=art, acesso em 23/7/2007.

²⁶ Entrevista realizada em São Luís, em 10/9/2004.

²⁷ Magno Cruz nasceu em São Luís em 25 de maio de 1951. Engenheiro formado pela Universidade Estadual do Maranhão em 1976, é funcionário da Companhia de Água e Esgotos do Maranhão (Caema) desde 1980. Foi presidente do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) por dois mandatos consecutivos, de 1984 a 1988. À época da entrevista, era presidente do Conselho Diretor da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos e era diretor de formação do Sindicato dos Urbanitários do Maranhão, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

²⁸ Entrevista realizada em São Luís, em 8/9/2004.

Referências

ALBERTI, Verena. Ouvir contar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena e Pereira, Amilcar Araujo. "História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral". Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros "Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas", realizado em São Luís, na Universidade Federal do Maranhão, de 6 a 10 de setembro de 2004. Disponível em www.cpdoc.fgv.br, acesso em 17/01/2009.

_____. "Movimento negro e 'democracia racial' no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro". Trabalho apresentado durante a III Conferência Bienal da Associação para o Estudo da Diáspora Africana Mundial (The Association for the Study of the Worldwide African Diaspora - ASWAD), realizada no Rio de Janeiro em 5, 6 e 7 de Outubro de 2005. Disponível em www.cpdoc.fgv.br, acesso em 17/01/2009.

_____. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-167, jan./jun.2006. Disponível em www.cpdoc.fgv.br, acesso em 17/01/2009.

_____. – 2007a – Discriminación racial en Brasil: líderes del movimiento negro. *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, n. 37, p. 23-31, año 2007 (3ª Época).

_____. – 2007b – Qual África? Significados da África para o movimento negro no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, n. 39, p. 25-56, janeiro-junho 2007. Disponível em www.cpdoc.fgv.br, acesso em 17/01/2009.

_____. – 2007c – O movimento negro contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia: 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 637-669 (As esquerdas no Brasil; v.3).

_____ - 2007d - Articulações entre movimento negro e Estado. In: GOMES, Angela de Castro (Coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 93-113.

_____ - 2007e - "Transformação de entrevistas em livro: uma experiência de edição", trabalho apresentado no VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, novembro 2007.

_____ - 2007f - Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC-FGV.

_____. Pesquisando o movimento negro no Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.3, n.36, p.40-44, set.2008.

ALBERTO, Paulina Laura. *Black Activism and the Cultural Conditions for Citizenship in a Multi-Racial Brazil, 1920-1982* (Dissertation in History Presented to the Faculties of the University of Pennsylvania in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy, 2005).

CAMARGO, Aspásia. História oral e política. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.), *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro, Diadorim/Finep, 1994, p. 75-99.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.

HERBERT, Ulrich. Zur Entwicklung der Ruhrarbeiterschaft 1930 bis 1960 aus erfahrungsgeschichtlicher Perspektive. In: NIETHAMMER, Lutz e PLATO, Alexander von (Orgs.). "Wir kriegen jetzt andere Zeiten". Auf der Suche nach der Erfahrung des Volkes in Nachfaschistischen Ländern. *Lebensgeschichte und Sozialkultur im Ruhrgebiet 1930 bis 1960 (Lusir)*, Bd. 3., Berlin-Bonn, J.H.W. Dietz Nachf., 1985, p. 19-52.

MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, M. e SOIHET, R. (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 127-136.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em www.cpdoc.fgv.br, acesso em 17/01/2009.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral - Revista da Associação Brasileira de História Oral*, São Paulo, ABHO, v. 8, n.1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

Recebido em 05/09/2008

Aprovado em 30/09/2008